

## Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 008/2017

DIA 28 1 SI JEMPS 12017	"Altera Compleme Dezembro inciso XXI	entar de	nº.	14	de	17	de
%ccret/rio							

- O Art. 31 da Lei Complementar nº. 14 de 17 de Dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 31. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXI, quando o imposto será devido no local:
- XXI do estabelecimento do tomador, para o caso das atividades previstas no Item 4; Item 15; e no sub-item 1.09, da Tabela do Anexo I;
- Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR. em 12 de setembro de 2017.

SC 18
2017



### Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

# MENSAGEM DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 008/2017

Excelentíssimo Senhor Vereador **JOÃO MARCELO BINI** Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré

Encaminhamos a mensagem n°. 008/2017 **em regime de urgência**, solicitando que seja apreciado este Projeto de Lei Complementar que "Altera a Lei Complementar nº. 14 de 17 de Dezembro de 2009".

Contando com a acolhida e aprovação do referido Projeto de Lei n.º 008/2017 renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 12 de setembro de 2017.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

ecretário



### Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

#### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

#### **JUSTIFICATIVA**

Excelentís simo Senhor Presidente Excelentís simos Senhores Vereadores

Submeto o presente Projeto de Lei Complementar nº 008/2017 que visa alterar o critérios espacial para a cobrança dos bancos e serviços de onde as atividades decorrentes dos planos de saúde, administradores de cartões de crédito ou débito, dos serviços de leasing, franchising e factoring, passarão a ser tributadas pelo Município de Almirante Tamandaré.

O presente Projeto de Lei busca compatibilizar as leis tributárias municipais a Lei Complementar nº. 116/2003, denominada de Código Tributário Nacional, que no exercício de 2016 teve alteração em virtude da sanção da Lei Complementar nº 157/2016, que atribuiu aos municípios brasileiros o dever de tributar para determinadas atividades de serviços.

Importante destacar que tal alteração acarretará em enorme impacto financeiro, para fins de arrecadação pelo fisco municipal, o qual passará a recolher um valor que até então não pertencia ao Município.

Ratificamos que o presente Projeto de Lei não afeta o comerciante local, uma vez que visa o recebimento dos serviços pelas grandes operações bancárias, essencialmente.

Apresenta a esta Casa de Leis, este Projeto de Lei que dá nova redação a Lei Complementar nº. 14 de 17 de Dezembro de 2009, pelo qual pedimos respeitosamente pela aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR. em 12 de setembro de 2017.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

GERSON COLODEL DIA 28 Prefeito Municipal

Av. Emílio Johson, 360 – Almirante Tamandaré – Paraná – 3699.8600